



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

O inciso XX, do Art. 6.º da Lei Federal 14.133/2021 combinado com o Art. 8º do Decreto Municipal n.º 333/2022 regulamenta a construção deste documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza pelo interesse público envolvido e sua melhor solução, embasando os projetos a serem elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Município de Santo Antônio da Patrulha / RS

Secretaria Municipal da Administração e Finanças (SEMAF)

Necessidade da Administração: Contratação de empresa para prestação de serviços de juntas e perícias médicas.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de empresa para prestação de serviços de **juntas médicas** (composta por dois médicos do trabalho), visando à readaptação ou delimitação de função ou aposentadoria por invalidez e; de serviços de **perícia médica** com médico do trabalho, em virtude de atestados com CID diversos, superiores a 15 dias.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Santo Antônio da Patrulha, como se vê no item 1310 (Perícias Médicas) e 1253 (Junta Médica) daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta Administração. Neste sentido, segue memória de cálculo:

	PROCESSO N.º	OBJETO	QUANT	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO
--	--------------	--------	-------	-------------------	---------



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCESSOS ANTERIORES	Ata do Registro de Preços n.º 70/2021, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 82/2021	Contratação de empresa para prestação de serviços de JUNTAS MÉDICAS (composta por dois médicos do trabalho), visando à readaptação ou delimitação de função ou aposentadoria por invalidez (CÓD 2078)	Quantidade licitada: 100 unidades	UN (consulta)	De 22/10/2021 até 21/10/2022
	Ata do Registro de Preços n.º 055/2022, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 112/2022		Quantidade utilizada: 100 unidades		De 16/08/2022 até 15/08/2023
	Ata do Registro de Preços n.º 104/2023, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 147/2023		Quantidade licitada: 200 unidades		De 28/11/2023 até 27/11/2024
	Ata do Registro de Preços n.º 70/2021, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 82/2021	Contratação de empresa para prestação de serviços de PERÍCIA MÉDICA com médico do trabalho, em virtude de atestados com CID diversos, superiores a 15 dias (CÓD 13204)	Quantidade utilizada: 80 unidades	UN (consulta)	De 22/10/2021 até 21/10/2022
	Ata do Registro de Preços n.º 19/2024, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 5/2024		Quantidade licitada: 100 unidades		De 27/02/2024 até 27/02/2026
PROCESSO ATUAL	-	Contratação de empresa para prestação de serviços de JUNTAS MÉDICAS (composta por dois médicos do trabalho), visando à readaptação ou delimitação de função ou aposentadoria por invalidez (CÓD 2078)	Quantidade licitada: 700 unidades	UN (consulta)	De 22/10/2021 até 21/10/2022
	-	Contratação de empresa para prestação de serviços de PERÍCIA MÉDICA com médico do trabalho, em virtude de atestados com CID diversos, superiores a 15 dias (CÓD 13204)	Quantidade utilizada: 305 unidades		De 27/02/2024 até 27/02/2026
PROCESSO ATUAL	-	Contratação de empresa para prestação de serviços de JUNTAS MÉDICAS (composta por dois médicos do trabalho), visando à readaptação ou delimitação de função ou aposentadoria por invalidez (CÓD 2078)	Quantidade licitada: 400 unidades	UN (consulta)	De 27/02/2024 até 27/02/2026
	-	Contratação de empresa para prestação de serviços de PERÍCIA MÉDICA com médico do trabalho, em virtude de atestados com CID diversos, superiores a 15 dias (CÓD 13204)	Quantidade utilizada: 400 unidades		De 27/02/2024 até 27/02/2026

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, segue indicação de potenciais prestadores de serviços:

EGA GESTÃO DE NEGOCIOS LTDA, CNPJ nº 24.327.852/0001-56

JAMMED MEDICINA OCUPACIONALLTDA - CNPJ nº 48.376.285/0001-96

MB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 12.412.012/0001-02



PERICIAL SUL-PERICIAS MÉDICAS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO, CNPJ n.º 01.993.899/0001-53
SOUL GESTAO DE NEGOCIOS LTDA - CNPJ n.º 24.327.852/0001-56
ZIMMER E FELAU LTDA, CNPJ n.º 21.589.857/0001-69

Tais referências foram obtidas através de pesquisas em sítios eletrônicos, efetuadas com base no Capítulo VI, do Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se que a média de valores para a aquisição almejada será de acordo com os orçamentos posteriormente realizados pelo Departamento de Compras, num valor aproximando de R\$ 317,84 (trezentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos) cada perícia e R\$ 914,50 (novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos) cada junta, considerando os valores anteriormente licitados.

	Perícia Médica	Junta Médica
ARP 2021/70	R\$ 316,67	R\$ 981,00
ARP 2022/55	-	R\$ 1.200,00
ARP 2023/104		R\$ 562,50
APR 2024/19	R\$ 319,00	-
MÉDIA	R\$ 317,84	R\$ 914,50

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa para prestação de serviços de juntas e perícias médicas, conforme as seguintes especificações/ condições:

ITEM	CÓD	QUANT	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
01	2078	50	UN	JUNTA MÉDICA (composta por dois médicos do trabalho), visando readaptação ou delimitação de função ou aposentadoria por invalidez.
02	13204	500	UN	PERÍCIA MÉDICA com médico do trabalho, em virtude de atestados com CID diversos, superiores a 15 dias.

7.1 A proposta deve contemplar em seu valor, todas as despesas de viagem e todos os custos para atendimento dos serviços solicitados.

7.2 Sempre terá um servidor do Município responsável pelo envio de quaisquer documentos necessários para a realização dos referidos serviços.



7.3 Comparecerá, se necessário, um servidor do Município, juntamente com o periciado, visando orientações aos médicos peritos.

7.4 O Setor de Recursos Humanos encaminhará, juntamente com os servidores, para as juntas médicas, um formulário próprio da Prefeitura Municipal para preenchimento, além de outros documentos necessários.

7.5 Quando necessitar de algum exame médico, caberá ao servidor fazê-lo e apresentá-lo direto ao médico quando de seu retorno para tal avaliação.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, frente à falta de padronização e uniformização.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A Secretaria Municipal da Administração e Finanças (SEMAF) indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.



Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Elaboração de minuta do edital;
- b) Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) Elaboração de minuta da Ata;
- e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) Publicações e Divulgação do edital e anexo;
- h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e ou impugnação, caso aplicável;
- i) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) Realização de empenho; e
- k) Assinatura e publicação da ata de registro de preços.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Após análise da contratação de empresa para prestação de serviços de juntas e perícias médicas, conclui-se que não há impactos sociais ou econômicos relevantes decorrentes da execução do referido serviço, uma vez que a contratação tem como objetivo assegurar a continuidade, a eficiência e a regularidade das avaliações médicas, sem prejuízo aos usuários, aos profissionais envolvidos ou à coletividade. Logo, o modelo adotado não altera o acesso aos serviços, não gera desigualdades sociais, tampouco compromete direitos individuais ou coletivos. Do ponto de vista econômico, a contratação não implica em impactos financeiros adversos, estando alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e racionalização dos recursos públicos.

No que tange aos impactos ambientais provenientes desta contratação, os mesmos estão mencionados na tabela abaixo, juntamente com as medidas de tratamento a serem adotadas pela contratada:

IMPACTO AMBIENTAL	MEDIDA DE TRATAMENTO
Consumo de Recursos Naturais: A realização de perícias médica pode envolver o uso de materiais como papel, plásticos e outros recursos que podem ter uma pegada ambiental significativa.	A contratada deverá priorizar exames digitais e automação de processos pode reduzir o consumo de papel e recursos, bem como diminuir a necessidade de transporte físico de documentos.

Orientações complementares acerca da sustentabilidade da prestação almejada poderão ser repassadas pela fiscalização competente.



13. ANÁLISE DE RISCO

A análise de riscos é uma etapa crucial ao contratar uma empresa para a prestação de serviços de juntas médicas e biometrias admissionais. Essa análise ajuda a identificar e mitigar possíveis problemas que podem surgir ao longo do processo. Aqui estão alguns dos principais riscos a serem considerados:

	Risco	Mitigação
Segurança de Dados	A coleta e armazenamento inadequado de informações biométricas e médicas dos funcionários pode resultar em vazamentos de dados e violações de privacidade.	A contratada deve seguir as melhores práticas de segurança de dados, como criptografia, armazenamento seguro e protocolos de acesso restrito. Ademais, a empresa contratada deve estar em conformidade com regulamentações de proteção de dados.
Atrasos e Prazos Não Cumpridos	A empresa pode não conseguir cumprir os prazos estabelecidos para a realização dos exames, o que ocasionar atrasos inesperados.	Deve-se manter uma comunicação aberta entre os envolvidos, para que as atividades contratadas possam ser realizadas dentro do período necessário.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a mesma é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Santo Antônio da Patrulha – RS, 18 de março de 2026.

INTEGRANTE TÉCNICO: **Loriza Guimarães de Oliveira**

UNIDADE ADMINISTRATIVA: **Cléia Juçara Airoidi**

AUTORIDADE MÁXIMA COMPETENTE: **Rodrigo Gomes Massulo**



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela TUYS.UY1E.04FX.ZFHI

Documento assinado eletronicamente por **CLEIA JUCARA AIROLDI**, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (SEMAF) em 18/03/2026 às 10:24:02.

Documento assinado eletronicamente por **LORIZA GUIMARAES DE OLIVEIRA**, em 18/03/2026 às 09:04:27.